Ata da 34ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 18 dias de dezembro de 2018, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a trigésima terceira reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Edital de Credenciamento de Artistas – últimos dias; Calendário de reuniões do primeiro semestre de 2019; Reunião extraordinária em janeiro de 2019; 2) Carta Aberta ao Ministério da Cultura (MinC); 3) Metas do Plano Municipal de Cultura; 3) Apresentação e orientação para participação no Sistema Online de Consulta do PMC; 4) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Carlos Santos da Luz (Dança); Eduardo Lopes dos Reis (Pau da Lima); Eduardo Nascimento Matos (Circo); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elias Pereira dos Santos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lucilene Ferreira Santos (Liberdade/São Caetano); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas); Walter de Oliveira Pinto Junior (SEMGE) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Rita de Cássia Sales dos Santos (SMED); Silvia Maria Russo (FGM) e Cristian Cardoso de Souza (SECULT) na condição de titulares e Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas); Uelinton Correia do Nascimento (Pau da Lima); Djalma Vieira da Silva (Patrimônio Material e Imaterial); José Domingos Amorim da Cruz (Cajazeiras); Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Marcos Paulo Viana (Cidade Baixa) e Daniele Pereira Canedo (Barra/Pituba). O Presidente Etenoel Cruz iniciou a reunião registrando a presença de novos Conselheiros na reunião, deu-lhes boas vindas e pediu-lhes que se apresentassem ao pleno. Carlos Santos da Luz recebeu a palavra e informou que seria o novo representante do segmento Dança. Registrou que é morador do território de Itapagipe e disse que iria contribuir como pudesse. Em seguida o Presidente deu início aos informes e lembrou que as inscrições para o Credenciamento de Artistas estavam abertas até o dia 20 de dezembro. O Assessor Técnico da Assessoria Estratégica de Gestão da FGM, Plutarco Drummond, disse que faltavam apenas dois dias para o final das inscrições para o credenciamento de artistas, agentes, instituições e produtores culturais. Informou que a FGM estava acompanhando a dinâmica do credenciamento e considerou que o movimento ainda estava baixo. Pediu aos Conselheiros que aprimorassem a mobilização para que o órgão municipal tivesse um repertório bastante amplo, pois o credenciamento era importante e o calendário cultural da FGM é cumprido através dele, bem como outras demandas da Prefeitura e da FGM com relação à programação cultural em 2019 e 2020, visto que o credenciamento tem vigência de dois anos, ou seja, não haveria outra oportunidade antes do final

de 2020 para esse credenciamento. Fez referência a uma proposição de Isabela Silveira na reunião anterior em que ela afirmou que era possível os Conselheiros participarem do Credenciamento, visto que o mandato atual tem vigência até o final de 2019, portanto, como o credenciamento vai até 2020, seria possível que os Conselheiros se credenciassem agora para serem contemplados quando deixassem de ser Conselheiros em 2020. O técnico informou que consultou o setor jurídico da FGM e a comissão nomeada para conduzir o credenciamento e foi verificado que não seria possível porque o credenciamento se dava naquele momento em que eles ainda eram Conselheiros. Destacou que o edital é bem claro em relação a essa questão. Reforçou o pedido aos Conselheiros que mobilizassem nos segmentos e territórios em prol da ampliação da participação e de a FGM poder contemplar com isonomia e capilaridade os artistas, os grupos, instituições culturais e produtores de todos os territórios e segmentos. O Presidente perguntou se alguém tentou cadastrar ou ajudar a cadastrar algum artista ou grupo no edital, ninguém havia tentado. Expressou o desejo de que os Conselheiros pudessem ajudar os grupos dos segmentos e territórios que representavam e disse que o processo é muito simples. Destacou que havia alguns problemas, mas ele já havia sinalizado para a Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, e o Assessor Técnico Plutarco Drummond. Disse que havia tentado fazer algumas inscrições ainda naquela tarde e enfrentou erro no site referente à anexação de arquivos, o que estava acontecendo com todos os navegadores de internet. Disse que iria entrar em contato com a equipe da FGM que cuidava do site para solucionar o problema. Considerou que era muito importante que o Conselheiros ficassem atentos e divulgassem o credenciamento. Lembrou que só faltavam dois dias para que cada um ajudasse seu povo. Reforçou que não havia dificuldade e só era necessária boa vontade para olhar. Alertou para a possibilidade de haver comentários de que o credenciamento não foi divulgado, lembrou que eles eram Conselheiros e eram cobrados pela divulgação das ações. Afirmou que quem quisesse ajudar não gastaria mais de dez minutos em uma inscrição. O Conselheiro Suplente do território Cajazeiras, José Amorim, disse que tomou a iniciativa de fazer um mutirão de conscientização em Cajazeiras, inclusive fez algumas inscrições e deu algumas orientações de como inscrever os artistas. Plutarco Drummond orientou que as indicações feitas por José Amorim estavam disponíveis na abertura do formulário de inscrição, em que havia uma série de recomendações, que se fossem seguidas, muito dificilmente enfrentariam dificuldade no sistema, pois ele era muito simplificado. Eliaide Cardoso disse que muitas pessoas que estavam se queixando que não tinham computador e perguntou se os Conselheiros que se reelegerem em 2020 não podiam se queixar de não ter participado da cobertura do credenciamento. Plutarco Drummond respondeu que o momento da avaliação e seleção era aquele e eles eram Conselheiros, portanto estavam impedidos. Depois, a Assessora da FGM, Viviane Ramos, apresentou as sugestões de datas das reuniões do primeiro semestre de 2019, que são 29 de janeiro, 19 de fevereiro, 26 de março, 23 de abril, 28 de março e 18 de junho. Jadson Nascimento pediu uma observação em relação à data da reunião de janeiro de 2019 e perguntou por que seria realizada no final e não no meio do mês. Viviane Ramos respondeu que as datas sugeridas eram referente às

últimas terças-feiras de cada mês, conforme já era realizado desde o início das reuniões do Conselho, com exceção para os meses de fevereiro e junho, que foram antecipadas por conta dos períodos festivos. Informou que as reuniões de janeiro e fevereiro já estavam confirmadas e seriam realizadas no Espaço Cultural da Barroquinha porque o Teatro Gregório de Mattos estaria ocupado com espetáculos do projeto “Sonho de Uma Noite de Verão”, aprovado no edital “Fábrica de Musicais”, sendo que as outras datas seriam confirmadas, mas provavelmente seriam elas mesmas. Depois, a Assessora Estratégica de Gestão da FGM apresentou a sugestão da consultoria de realização de reunião extraordinária antes da reunião ordinária de janeiro, caso houvesse dúvidas entre os Conselheiros sobre a consulta pública. Lembrou que o dia da reunião ordinária, 29 de janeiro, era o último dia para apresentação de contribuições ao Plano Municipal de Cultura. Disse que iriam definir essa data no final da reunião. O Presidente ressaltou que era importante que os Conselheiros ficassem atentos à questão do Plano porque naquele momento, mais do que nunca, independente de terem participado da Comissão de elaboração, todos iriam apresentar contribuições, dúvidas, ou qualquer outra colocação sobre o PMC. Viviane Ramos informou que a reunião não precisava ser com todo Conselho, mas se alguém ou algum grupo tivesse a demanda e quisesse se reunir com as consultoras, elas estariam à disposição em alguns dias no mês de janeiro. O presidente deu segmento à reunião e disse que haviam conversado para fazer uma carta aberta de apoio ao Ministério da Cultura (MinC) e declarou que se o pleno tivesse contribuições, seria muito importante. Informou que a Secretária Geral, Isabela Silveira, não conseguiu terminar o texto da carta do CMPC a tempo, mas Viviane Ramos havia levado a Carta aberta do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, que já foi enviada ao MinC, e afirmou que, como o CMPC não conseguiu fazer a sua carta, poderia dar apoio à que já foi enviada. Alertou que não poderiam aprovar de imediato, sendo necessária a sua leitura. José Carlos Novaes fez a leitura do texto, em que estava escrito *Carta aberta do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura. "Fica, MinC! Em defesa da permanência do Ministério da Cultura". Os Secretários e dirigentes estaduais de Cultura representam, neste ato, os milhões de cidadãos e cidadãs de todos os Estados e municípios do país que aprenderam a admirar e a se orgulhar de seus artistas e das manifestações culturais que nos fazem únicos no mundo, que nos fazem brasileiros e brasileiras. Representamos também a diversidade política dos diferentes governos estaduais. Para muito além de questões político-ideológicas, o que nos motiva é a compreensão da grandeza da Cultura Nacional. Diante da gravidade do anúncio da extinção do Ministério da Cultura (MinC), o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura vem a público - como em 2016 - se manifestar em defesa da integridade, permanência e fortalecimento institucional do Ministério. Este é mais um momento que exige mobilização em torno das políticas culturais desenvolvidas em todas as esferas da federação - União, Estados e Municípios - e de instituições públicas e privadas, que promovem o acesso aos bens e serviços culturais, o fomento às artes, a preservação do patrimônio cultural e a promoção da diversidade cultural brasileira. A cultura é um direito fundamental e constitucional e é essencial a manutenção de estrutura adequada para a*

existência permanente e perene de órgãos próprios que possam gerir e executar políticas públicas. Nos últimos anos, mesmo com o esvaziamento político e a drástica redução orçamentária, a permanência do MinC foi uma demarcação institucional do campo das artes e da cultura no país. Mais do que uma conquista setorial dos artistas, produtores, gestores e fazedores de artes e culturas foi uma conquista da sociedade e do povo brasileiro. No Brasil, o setor cultural gera 2,7% do PIB e mais de um milhão de empregos diretos, englobando as mais de 200 mil empresas e instituições públicas e privadas. São números superiores a muitos outros setores tradicionais da economia nacional. E a tendência é de contínuo crescimento. Lembrando ainda que a Lei Rouanet, hoje tão injusta e equivocadamente atacada, representa apenas 0,3% do total de renúncia fiscal da União e incentiva milhares de projetos em todo o país que geram renda e empregos. Portanto, defendemos a permanência e integridade do MinC na estrutura governamental, como um órgão próprio e exclusivo para a gestão e a execução das políticas culturais, em parceria com os estados e municípios e com a sociedade civil. Defendemos também a permanência, como órgãos próprios e valorizados, das Secretarias e Fundações estaduais e municipais, que conformam o Sistema Nacional de Cultura. É fundamental valorizar e reconhecer a inestimável colaboração do Ministério da Cultura e de todas as suas entidades vinculadas para a Cultura e a Economia brasileiras. São elas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Agência Nacional do Cinema (Ancine); Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Fundação Cultural Palmares (FCP); Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN). É por todas essas razões que o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura conclama a sociedade brasileira e, principalmente, o novo Governo Federal, a fazer uma profunda reflexão e reverter a decisão de extinção do órgão, mantendo a integridade do Ministério da Cultura. Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura. 03 de dezembro de 2018. O Presidente mencionou também que a classe cultural baiana já estava se reunindo e discutindo e havia criado um texto de apoio ao MinC, porém ele não teve tempo de levar a carta para apresentá-la ao pleno. Perguntou aos presentes se queriam esperar para ler a carta de apoio redigida pela classe cultural da Bahia, grupo que os Conselheiros também tinham que fazer parte, conectar-se pelas redes sociais e se disponibilizou a enviar-lhes a agenda de reuniões. Considerou que a participação dos Conselheiros Municipais de Política Cultural no grupo era muito importante. Perguntou se o CMPC apoiava a carta do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura ou se achavam que deveriam construir um texto próprio. Alertou que o texto do CMPC não deve se posicionar em favor de partidos políticos, mas deveria tratar exclusivamente sobre o MinC e sua importância para a Cultura do Brasil. Abriu a palavra para quem quisesse se pronunciar. Elias Pereira disse que queria dar uma palavra de esclarecimento, pois havia feito uma colocação no grupo do Whatsapp sobre a extinção do MinC, e na verdade havia se expressado mal, mas lembrou que não deveriam utilizar posicionamento político-partidário, o que pareceu ter sido utilizado para respondê-lo. Declarou que, independente do direcionamento a nível nacional do país, os Conselheiros teriam que tomar postura independente do sentimento

partidário, da camisa partidária que cada um vestia. Disse que não quis estender a discussão no grupo, pois alguns se estenderam e tentaram amenizar, e outros foram mais radicais. não se chegava a um denominador comum, podendo criar uma confusão. Informou que tinha experiência em outros conselhos, como o Conselho de Segurança Pública, e entendia que o Conselho tinha que verdadeiramente ter posicionamento político não partidário, porque todo grupo que se respeita, até a igreja, tem que ter posicionamento político. Declarou-se a favor da manutenção do Ministério da Cultura pela importância que tem a nível nacional, estadual e municipal, para que não ficasse uma compreensão contrária do que ele quis dizer, por isso havia esperado aquele momento. Lucilene Santos disse que o Conselho deveria esperar a carta da classe cultural da Bahia, e dar contribuições ao texto, construir a sua própria opinião. Djalma Vieira discordou de Lucilene Santos e argumentou que quanto mais tempo fosse aguardado, menos tempo se teria para se enviar o texto. Mencionou que já estava certa a extinção do MinC e que quem não era visto não era lembrado. Portanto, se eles não se colocassem enquanto Conselho Municipal de Política Cultural da Salvador, não seriam vistos e ficariam na sombra dos outros. José Carlos Novaes concordou com Djalma Vieira e disse que o CMPC deveria tomar posição logo naquele contexto em que se estava passando. Lembrou que era um período que antecedia a posse do novo governo, quando as ações seriam tomadas de forma mais enérgica a partir de 2019. Defendeu que quanto mais cedo o Conselho tomasse uma posição, era importante. Lembrou que o CMPC estava ligado ao MinC e alertou para o risco de se haver interferência nas estruturas municipal e estadual referentes aos órgãos gestores de cultura. Considerou importante o CMPC se posicionar, até para ser considerado um conselho atuante. Avaliou o texto da carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura bem completo, abrangendo tudo o que tinha relação com a situação do momento e o que o Conselho realmente queria. Defendeu que depois poderia ser definido se utilizaria mesma carta ou se faria outra no mesmo modelo. Salete Batista defendeu que o CMPC poderia enviar a carta do fórum nacional em primeira instância e se juntar com o grupo da Bahia e enviá-la com algumas modificações ou levaria como está porque somaria forças duas vezes, visto que eles iriam receber e depois veriam que tem outro grupo se juntando, não estão sozinhos, havia outro grupo com o mesmo objetivo. Ivam Almeida comentou sobre o texto da classe cultural da Bahia, que foi um manifesto cultural, e disse que independente do que fosse o texto, havia um denominador comum de apoio ao MinC, portanto não faria diferença apoiar um ou outro documento. O Conselheiro alertou que se estava gastando tempo nessa decisão e pediu para que já fosse feita a votação. Uelinton Nascimento defendeu que Salvador tem que ter voz, sugeriu que o CMPC fizesse uma carta de apoio à carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, mas também escrevesse a sua própria carta. O Presidente apontou as três propostas para serem votadas, que foram: apoiar a carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; ler a carta da classe cultural do da Bahia e depois definir a que se enquadra melhor e a terceira opção seria apoiar a carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e depois o CMPC construir a sua

própria carta e enviá-la posteriormente. Perguntou aos Conselheiros se existia alguma coisa na carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura que causasse algum impedimento ao Conselho em apoiá-la. Disse que o Conselho também poderia construir outra carta e lançar posteriormente ao apoio daquela, perguntou se alguém via impedimento para a elaboração da carta e se propôs a falar com a Secretária Isabela Silveira para que fizesse o texto, que poderia ser disponibilizado no dia seguinte nos canais de comunicação do CMPC para que os Conselheiros apresentassem contribuições e depois seria publicada. Informou que alguns Conselheiros foram convidados e que já foram para as reuniões do grupo que representa a classe cultural da Bahia e disse que agradeceria se algum deles quisesse dizer alguma coisa sobre isso, mas não havia ninguém presente que pudesse fazê-lo. Então o Presidente explicou que o grupo era igual ao CMPC, com pessoas do interior que mobilizava gente de diversas partes da Bahia em apoio à permanência do MinC e defendendo a bandeira da Cultura. Comprometeu-se a colocar no grupo do Whatsapp o dia e o local da reunião seguinte e disse que todos os Conselheiros deveriam ir e levar outras pessoas. Afirmou que a proposta do grupo era que uma vez por mês ir nos territórios, levando as reuniões para fortalecer ainda mais o movimento. Provocou os Conselheiros a participarem. Cristina Alves disse que teve dificuldade de participar presencialmente por questão de saúde, mas acompanhava o grupo no whatsapp. Relatou que fez um contato naquele momento e que eles querem marcar a reunião seguinte em janeiro, assim quem quisesse participar do grupo, poderia dar os dados para que fossem acrescentados. Defendeu que a participação no grupo era importante porque ficariam cientes de todos os passos da movimentação em defesa da Cultura. Em seguida o Presidente realizou a votação para definir qual ação o CMPC iria realizar. O pleno aprovou que se fizesse um apoio à carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e a construção de um texto pelo CMPC para depois ser lançada. Jadson Nascimento questionou o método do Presidente para realizar a votação e disse que apenas uma proposta foi votada, defendeu que era necessário ter transparência no Conselho, declarou que para ele a forma como o processo foi conduzido pareceu uma imposição e disse que gosta da democracia e se sente favorecido quando vota em alguma coisa. O presidente lembrou-lhe que perguntou se alguém tinha alguma coisa contra a construção de nova carta e que a maioria havia votado na carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, sendo que na votação todos balançaram a cabeça positivamente. Lucilene Santos reexplicou a sua sugestão, que foi apoiar a carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e construir a carta do CMPC. Marcos Argolo perguntou se havia tempo hábil para o Conselho esperar a reunião seguinte para aprovar a carta redigida pela Secretária, pois ela deveria ter muito mais preciosidade e disse que apoiava a que foi apresentada porque ele estava achando que o documento deveria ser entregue no dia seguinte. José Carlos disse que o CMPC deveria apoiar imediatamente a que já foi votada e a do Movimento Cultura Bahia e criar a sua carta também, pois o CMPC não podia estar apenas apoiando a fala dos outros. Ivam Almeida chamou atenção do pleno e disse que já havia sido votado o apoio às outras cartas e a construção

de outra do CMPC e pediu que parassem de ficar falando a mesma coisa, tivessem mais cuidado e que prestassem mais atenção. O Presidente submeteu o assunto mais uma vez a votação e o pleno decidiu que apoiaria a carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e faria a construção de uma carta do CMPC. O Presidente explicou novamente que Isabela Silveira iria fazer o texto, que seria publicado no grupo do Whatsapp para que todos pudessem ler. Passou a atribuição para a Secretária. Em seguida, Viviane Ramos recebeu a fala e disse que apresentaria as Diretrizes e Metas do PMC, o cronograma do mês de janeiro e falar um pouco sobre os encontros presenciais. Citou as **Diretrizes** do PMC, que são: **1)** Fortalecer e regulamentar a institucionalidade da gestão pública da cultura na perspectiva da transversalidade e da intersetorialidade; **2)** Promover a diversidade cultural em todos os territórios, com reconhecimento e valorização das diferentes expressões, identidades, saberes e modos de vida; **3)** Descentralizar territorialmente a gestão e as ações públicas de cultura com fortalecimento dos espaços e instituições culturais, estimulando a articulação em rede; **4)** Ampliar os recursos públicos em cultura e aperfeiçoar os mecanismos de financiamento e fomento, visando maior participação de recursos do setor privado; **5)** Desenvolver a economia criativa de Salvador com foco na sustentabilidade da produção cultural local; **6)** Promover a formação, profissionalização, estudos e pesquisas no campo da cultura; **7)** Assegurar a proteção, preservação e a valorização do patrimônio cultural; **8)** Valorizar as festas e as festividades da cidade em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica; **9)** Assegurar os direitos culturais na perspectiva da democracia, da cidadania cultural e interculturalidade; **10)** Fortalecer os mecanismos de participação social e de comunicação para o desenvolvimento cultural. A Assessora da FGM informou que levou à reunião o link do sistema onde poderiam ser feitas as contribuições e que até o final da semana seria enviado o documento do Plano completo, sendo que as contribuições ao documento seriam feitas via sistema. Assim, em dezembro, os Conselheiros poderiam fazer a leitura do documento e em janeiro fazer as contribuições. Lembrou que o primeiro momento da consulta seria para o Conselho e disse que seria enviado um link para o e-mail dos Conselheiros em que iriam se identificar para fazer o login no sistema, mas alertou que o sistema ainda não era para ir para a rua, não seria aquele sistema que seria levado para a Sociedade Civil contribuir, sobretudo porque o documento ainda não estava finalizado, ainda deveria passar pela triagem e avaliação do Conselho para depois disso ser levado à Sociedade Civil, o que ocorrerá em março. Orientou aos Conselheiros que não compartilhassem o link com pessoas de fora do Conselho. O Presidente salientou a necessidade de que todos os Conselheiros que atualizaram os e-mails informassem ao grupo para que pudessem receber o link e contribuir. Viviane Ramos disse que, ao enviar o link por e-mail, poderia informar no grupo do Whatsapp e quem não recebesse deveria sinalizar, entrar em contato ou ligar para a FGM, para que o link fosse enviado para o e-mail da preferência de cada um, e reforçou a importância de manter os dados atualizados. Em seguida, Viviane Ramos informou os **Objetivos** do PMC, que são: **1)** Fortalecer o órgão municipal de cultura e a institucionalidade das políticas culturais; **2)** Ampliar os mecanismos de participação, acesso e

comunicação para a cultura; **3)** Fortalecer a intersetorialidade, a transversalidade e desconcentração das ações públicas de cultura; **4)** Promover a ampliação, modernização, dinamização e acessibilidade dos espaços e equipamentos culturais; **5)** Mapear, reconhecer e promover a diversidade cultural, nas dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura; **6)** Fomentar as culturas populares, identitárias e tradicionais de Salvador, com difusão e fortalecimento da produção cultural dos territórios; **7)** Diversificar os mecanismos de fomento e financiamento e descentralizar os recursos públicos para a cultura e as artes; **8)** Estimular e promover estudos, pesquisas e mapeamentos para a produção e o compartilhamento de dados e indicadores sobre o campo cultural; **9)** Proteger e promover as manifestações culturais de matriz africana; **10)** Promover formação técnica e profissional na área da cultura; **11)** Preservar e difundir a memória cultural da cidade, pela conservação, salvaguarda e difusão do patrimônio cultural; **12)** Promover a articulação em rede e a sustentabilidade das cadeias produtivas da cultura, considerando as vocações territoriais; **13)** Consolidar o calendário festivo do município, com descentralização dos recursos do Carnaval e inclusão de artistas, mestres, grupos e serviços culturais dos territórios. A Assessora da FGM informou que na Consulta Pública as metas seriam numeradas de 1 a 29 e não foram necessariamente separadas por temas, mas foram de alguma forma separadas por temáticas próximas. Lembrou que na consulta pública estariam disponíveis para as contribuições todas as ações, mas elas não seriam lidas naquele momento porque estavam no documento que eles receberiam na semana seguinte e ficaria uma apresentação muito extensa, portanto não fazia sentido porque na sexta-feira seguinte receberiam o documento. Disse que iria apresentar as metas, mas os Conselheiros receberiam mais informações no documento com o qual iriam poder contribuir. Apresentou as **Metas**, que são: Tema - Institucionalidade da Cultura: **1)** Órgão de Cultura ampliado com reestruturação regimental até 2024; **2)** Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) em pleno funcionamento até 2022; Tema - Participação e Comunicação: **3)** Pelo menos 20 (vinte) instâncias de participação, entre fóruns, comitês gestores, comissões, audiências e conferências, instituídas até 2024; **4)** Plano de comunicação para a cultura implementado, com ações ampliadas e fortalecidas, até 2025; Tema – Financiamento e Fomento: **5)** Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (SMFC) implantado com seus mecanismos em funcionamento até 2024; **6)** Aumento em 50% (cinquenta por cento) de projetos culturais fomentados anualmente pela Fundação Gregório de Mattos (FGM) até 2025, com mínimo de 30% (trinta por cento) de aumento até 2023; **7)** Ampliação, a partir de 2021, nos editais da FGM, em ao menos 50%(cinquenta por cento) dos contemplados entre proponentes, setores e territórios de menor histórico de participação nos últimos 4 (quatro) anos; **8)** Linha de fomento às artes implementada em 2024, com editais regulares. Tema – Diversidade Cultural: **9)** No mínimo, 30 (trinta) projetos financiados anualmente voltados para a diversidade cultural, sendo pelo menos 2 (dois) projetos de culturas populares, identitárias e tradicionais em cada território com início em 2020; **10)**100% (cem por cento) das comunidades quilombolas reconhecidas e localizadas em Salvador beneficiadas com ações anuais de promoção cultural,

com início em 2020; **11)** 20 (vinte) projetos anuais voltados para as culturas negras e identitárias apoiados através de mecanismos de fomento a partir de 2020. Tema – Espaços e Equipamentos Culturais: **12)** Projetos realizados pela Prefeitura de Salvador voltados para a Capoeira ampliados em 50% (cinquenta por cento) até 2024 e mantidos regularmente; **13)** 50% (cinquenta por cento) dos terreiros de Candomblé tombados, localizados em Salvador, com ações de proteção em promoção com início em 2021; **14)** 5 (cinco) projetos para a cultura da infância e 5 (cinco) projetos para a juventude realizados anualmente com circulação por todos os territórios a partir de 2019; Tema – Espaços e Equipamentos Culturais: **15)** Pelo menos 02 (dois) espaços públicos administrados pela Prefeitura de Salvador em cada território, estruturados e com dinamização artística e cultural implantada em 2023 e mantidas regularmente. **16)** Todos os territórios com, ao menos, 2 (dois) espaços privados com projeto de dinamização artística e cultural a partir de 2023; **17)** 100% (cem por cento) dos equipamentos culturais municipais com política de dinamização artístico-cultural implantada a partir de 2019; **18)** 8 (oito) equipamentos culturais municipais construídos com requisitos de acessibilidade e destinados a atividades de museu, exposições e arquivo público, em funcionamento em 2029, sendo 3 (três) até 2020. **19)** 100% (cem por cento) dos equipamentos culturais municipais com acessibilidade cultural em todas as dimensões e em pleno funcionamento até 2027, sendo 40% (quarenta por cento) até 2024. **20)** 10 (dez) ações de acessibilidade e acesso à leitura, promoção do livro e leitura e fomento às bibliotecas e espaços de leitura implementadas a partir de 2019. Tema – Economia Criativa: **21)** 11 (onze) ações anuais de formação e pesquisa dirigidas aos setores da economia criativa, com início em 2020 e mantidas regularmente; **22)** 11 (onze) ações anuais de fomento e promoção das cadeias produtivas da economia criativa realizadas a partir de 2020; **23)** Festas e festividades da programação oficial de eventos do Município, inclusive o Carnaval nos Bairros, compostas em pelo menos 30% (trinta por cento) por artistas e grupos locais cadastrados no SMIIC a partir de 2020; **24)** Estrutura de suporte e apoio aos trabalhadores da Cultura assegurada em 100% das festas e festividades da programação oficial de eventos do Município, a partir de 2020; Tema – Formação e Pesquisa: **25)** 15 (quinze) atividades de formação, capacitação e qualificação profissional em arte e cultura realizados anualmente com início em 2022, no âmbito do Programa Municipal de Formação e Qualificação em Cultura; **26)** 10 (dez) ações de formação e mediação de públicos constituídas de atividades artísticas e culturais integradas, realizadas anualmente, com início em 2021; **27)** 1 (uma) pesquisa em cultura realizada e publicada a cada 2 (dois) anos, com início em 2022; Tema – Patrimônio Cultural: **28)** 50% (cinquenta por cento) dos bens materiais patrimonializados, sítios históricos e monumentos do município com ações de preservação e promoção até 2025; **29)** aumento de pelo menos 20% (vinte por cento) dos recursos executados para a valorização, proteção e promoção do patrimônio cultural imaterial efetivado a partir de 2022. Viviane Ramos explicou que essas foram as metas construídas até aquele momento pela Comissão de Articulação para Elaboração do PMC, refinadas e avaliadas pela FGM e consultoria, sendo que foram feitas análises de viabilidade e coerência e explicou que aquele conteúdo era uma parte do documento que

seria entregue aos Conselheiros. Pediu que fizessem as contribuições até o dia 29 de janeiro para que se chegasse no formato final do documento para ser levado à Sociedade Civil em março. Em seguida, a consultora Kátia Costa esclareceu que cada meta tem um conceito e disse que no documento que os Conselheiros receberiam constava uma planilha contendo as metas, os conceitos das metas e outros conceitos relacionados que estariam diluídos nas ações, os resultados esperados das metas, as ações e a coerência interna. Declarou que o documento iria possibilitar que os Conselheiros tivessem uma visão e contribuir no momento em que eles fossem fazer as sugestões que achassem coerentes, além de apresentar outras questões que achassem que não foram contempladas. Viviane Ramos lembrou que já estava disponível para consulta no sistema o arquivo em pdf contendo o quadro sumário, que é o resumo da sistematização feita pela consultora do Diagnóstico Cultural de Salvador, do relatório da FGM, do planejamento e de toda documentação. O Presidente lembrou que ainda teriam uma reunião, caso o Conselho quisesse, com a consultoria que estava organizando o Plano. Kátia Costa disse que foi acordado na reunião anterior que, no processo de consulta, a consultoria estaria disponível pelo menos para dois encontros. Explanou que no período da consulta os Conselheiros estariam fazendo suas próprias análises, dialogando com os setores que representam, portanto poderiam surgir dúvidas. Disse que os encontros poderiam acontecer tanto com o Conselho, se ele entendesse que todo mundo precisava ter uma conversa, como com a representação de um setor ou algum território que precisasse de alguma conversa com a consultoria. Sugeriu que estabelecessem um período, combinassem com o Presidente do Conselho e a FGM, porque dessa forma poderiam contribuir. Disse ainda que os Conselheiros tinham o e-mail da consultoria e pediu que se sentissem à vontade para tirar quaisquer dúvidas que tivessem. Isabela Silveira perguntou se a reunião com a consultoria poderia ter a participação da sociedade civil, com o objetivo de fazer uma preparação prévia para a consulta pública, com a finalidade de alcançar maior adesão. Kátia Costa respondeu que sim e exemplificou uma situação em que um setor do CMPC quisesse fazer uma reunião com um grupo e gostaria que fosse feito algum esclarecimento. Sugeriu que antes de contatar com a consultoria, fizesse com a FGM. Viviane Ramos respondeu que acreditava que o documento ainda não estava pronto para ir para a sociedade civil. Isabela Silveira explicou que não se tratava do documento do Plano, mas de esclarecer sobre o funcionamento do Plano, antes de liberá-lo no processo de consulta pública. Declarou que não se sentia preparada para explicar ao setor sobre o funcionamento e disse que fez errado no dia que participou de uma reunião temática, teve dificuldade em entender como o Plano funciona. Sugeriu que fosse explicado à Sociedade Civil o funcionamento do plano antes da consulta pública, já que se tratava de algo estruturante. Viviane Ramos respondeu que essa era a proposta dos Encontros Presenciais para o PMC, que seria o momento explicativo para tratar do processo de construção do Plano. Kátia Costa sugeriu que fosse feita uma reunião com os Conselheiros para prepará-los com material apropriado para que interagissem com a Sociedade Civil. Luana Vilutis complementou e disse que não havia nada novo no documento que os Conselheiros ainda não soubessem e disse que ele era bem autoexplicativo, com conceitos e ações

destrinchadas, objetivos e diretrizes. Disse que aquilo que elas vinham explicando desde junho faria bastante sentido para eles em termos do concatenamento de conteúdos, visto que tudo estava bastante ligado. Mencionou a coerência interna do documento, que teve como fontes o Diagnóstico Cultural de Salvador, os relatórios das Conferências Municipais de Cultura, portanto ele tinha um ponto de partida, do qual os Conselheiros fizeram parte, visto que foram consultados, levantaram demandas e questões para o material que foi sistematizado, sendo que eles têm o material. Orientou que os Conselheiros voltassem para essas fontes sempre que precisassem buscar conteúdo para sugerir, ou seja, essas informações também precisavam constar nesses documentos. Considerou que o documento estava “redondinho” e disse que algo completamente fora de contexto dificilmente seria contemplado, sendo que poderia haver sugestões, mas não seguiria a lógica de construção do documento, que bebeu do histórico, da sistematização, das conferências, das consultas com o CMPC e reuniões e agora culminou. Disse que acreditava que iriam surgir muitas dúvidas, mas não em relação ao documento, e disse que a consultoria pensou na realização das reuniões para orientar a formulação das ações. O Presidente disse que estava conversando com Isabela Silveira e perguntou até quando os encontros poderiam ser marcados com a consultoria. Viviane Ramos apresentou o cronograma das ações do PMC: (18/12/2018 a 28/01/2019) Consulta dos Conselheiros ao Documento do PMC; (29/01 a 05/03/2019) Reunião de avaliação, sistematização das contribuições e preparação do documento para apresentação à sociedade pela consultoria; (05 a 23/03/2019) Disponibilização do PMC à Sociedade Civil e convocação para a consulta pública online; (21/03 a 03/04/2019) Consulta púbica e encontros presenciais nos territórios. A assessora da FGM informou que a consultoria estaria disponível para realizar as reuniões entre o dia 19/12/2018 e 18/01/2019. O Presidente disse que estava insistindo nesse assunto porque sabia que vários colegas não estavam indo para as reuniões ordinárias do CMPC por demandas de saúde, profissionais, pessoais e políticas, devido ao período eleitoral finalizado recentemente. Disse que não era vergonha nenhuma dizer que precisava de um encontro com a consultoria para poder esclarecer dúvidas. Retomou a fala de Isabela Silveira sobre as dificuldades, disse que é uma realidade e afirmou que era importante que todos entendessem que ainda tinham a possibilidade de esclarecer dúvidas com a consultoria. Sugeriu aos Conselheiros que marcassem até o final daquela reunião a data da reunião extraordinária, se fosse viável, ou que após a primeira impressão do documento depois da liberação do link, os Conselheiros decidiriam no grupo se fariam ou não a reunião. Lucilene Santos disse que queria receber esclarecimentos porque quando fossem realizados os encontros nos territórios, ela poderá mobilizar melhor e responder as perguntas da comunidade, o que não poderá fazer se não tiver segurança no que estiver falando. Uelinton Nascimento mostrou preocupação quanto à representação à sociedade e perguntou se será o CMPC representando a sociedade que aprovará o documento ou a própria sociedade. Disse que no território de Pau da Lima vai ter alteração porque eles eram Conselheiros, sendo que no bairro tem diversas representações e mostrou interesse em conhecer mais o plano. José Carlos Novaes sugeriu que,

caso alguém solicitasse as reuniões, se não fossem feitas às terças nas reuniões ordinárias do Conselhos, e fossem feitas solicitações em grupos menores, que fosse disponibilizado para que todos que tivessem interesse pudessem participar. Kátia Costa esclareceu que era importante lembrar que desde o início do processo a consultoria disponibilizou para o Conselho todos os documentos e materiais relativos ao PMC, que foram o livro, principal instrumento metodológico que estava sendo seguido, e disse que era preciso que os Conselheiros se apropriassem desse conteúdo porque não seriam as reuniões que os embasariam suficientemente para chegarem nos territórios e discutirem sobre o Plano; o Diagnóstico Cultural de Salvador, pois nele já foram feitas muitas demandas, portanto não justificava apresentar nas consultas públicas coisas que já foram discutidas no diagnóstico, o desejo era que fossem levadas novas contribuições; todos os documentos produzidos juntos com a FGM no processo de elaboração do PMC que foram disponibilizados. Afirmou que não havia nenhum documento construído pela Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC que não foi enviado ao Conselho ou à Comissão. Sugeriu que o próprio Conselho se organizasse internamente. Exemplificou que se um setor propusesse um encontro no dia 10 de janeiro, compartilhasse a sua agenda com o Conselho e montassem quem são os setores e as pessoas e a pauta, para que mais pessoas fossem contempladas. O Presidente confirmou a fala de Kátia Costa e disse que todos os documentos estavam nos e-mails dos Conselheiros e, caso alguém perdeu algum e-mail era porque não havia comunicado ao Conselho ou à FGM. Afirmou que cabia aos Conselheiros pararem um pouco e fazer o dever de casa, ler os documentos. O Presidente solicitou a Viviane Ramos que fosse enviado ao grupo dos Conselheiros o cronograma como imagem, ela se comprometeu a mandar toda a apresentação de slides por e-mail e o cronograma separado. Em seguida, a Assessora da FGM fez uma apresentação do sistema que seria utilizado para a consulta dos Conselheiros ao documento do Plano Municipal de Cultura. Daniele Canedo perguntou quem aprovaria as contribuições. Viviane Ramos respondeu que a FGM e a consultoria. Luana Vilutis orientou que naquele momento não era de validação das contribuições e disse que o que não iria para a planilha de contribuições seriam xingamentos, coisas completamente desconectadas que não tivessem nada a ver com o documento. Seria um “ok” coerente com a proposta. Depois seriam avaliados pelo CMPC, pela equipe e pela FGM e a consultoria não participaria desse momento. Viviane Ramos disse que naquele momento seria um filtro. Daniele Canedo perguntou quem filtrava, Viviane Ramos respondeu que a FGM e o CMPC teriam acesso ao sistema e que possivelmente essa atribuição ficaria na Assessoria Estratégica de Gestão da FGM. Disse que o sistema é bem simples, os textos estariam disponíveis para a leitura e, caso houvesse alguma dúvida para a utilização do sistema, colocou-se à disposição juntamente com o Núcleo de Tecnologia da Informação da FGM para ajudar os Conselheiros a contribuírem. Acrescentou que se alguém tivesse dificuldade em acessar computador, poderiam ir à FGM que o equipamento seria disponibilizado. Kátia Costa disse que todas as contribuições ficariam registradas no sistema, seriam lidas pela FGM e disse que era bom que ficasse claro que poderia ser que alguma contribuição, como a sugestão de nova meta ou de nova ação, ficasse de fora. Explicou que as

contribuições seriam avaliadas do ponto de vista da política, orçamentário, de viabilidade, assim aquilo que for avaliado a partir de alguns critérios será absorvido ou não pelo plano e lembrou que se trata de um documento com duração de dez anos, sendo que todas as metas que foram construídas foram discutidas em um prazo de quase dois meses para que se chegasse na formulação que foi apresentada, por meio das reuniões com o CMPC e de um trabalho dos bastidores feito pela FGM para indentificar qual é a capacidade que a FGM e a Prefeitura de Salvador têm para viabilizar as metas. Deixou claro que o processo continuaria até o final do plano. O Presidente sugeriu que a Comissão do Plano participasse do processo de filtragem para entender porque tiraria ou colocaria nova meta porque quando o resultado final fosse apresentado à sociedade haveria questionamentos. Defendeu que era muito importante que os Conselheiros integrantes da Comissão do Plano ajudassem a FGM a finalizar o processo e levassem para o pleno o documento bem consolidado e sistematizado. Disse que os Conselheiros poderiam dar contribuições ao processo, mesmo sabendo que o processo é político, mas era importante que a Comissão continuasse atuando no processo. Defendeu que se a Comissão ajudou na construção, deveria atuar no final também. Queixou-se de diversos Conselheiros integrantes da Comissão que estiveram ausentes em algumas reuniões, mas ele enquanto um membro que participou da Comissão, defendeu que era importante que o CMPC estivesse em todo processo. Silvia Russo disse que a Comissão do Plano nunca sairia do processo e disse que ela foi formada, sendo que em todas as reuniões a FGM ficou muito ansiosa com a participação dos Conselheiros, declarou que o Presidente era testemunha de que a Comissão estava muito focada no PMC e ela achava que o Plano era exitoso, pois daria um passo muito importante naquele momento em que se estava vivendo. Afirmou que a Comissão, o CMPC e a Sociedade Civil iriam até o final. Disse que o contrato da consultoria foi estendido com o objetivo de ampliar a participação do Conselho, entendendo que o momento levou a uma evasão maior por motivos procedentes. Defendeu que a participação deveria ser de forma ordenada e respeitando as instâncias para que se não fizesse um documento final contra o trabalho que foi construído por pessoas com tanto afinco e atenção. Reforçou a importância da mobilização e disse que a FGM precisa disso. O Presidente concluiu que o CMPC vai participar da realização do filtro das contribuições juntamente com a FGM e disse que a FGM prorrogou o prazo para que os Conselheiros apresentassem mais contribuições e pudessem mobilizar mais a sociedade civil e o próprio Conselho para participar desse momento. Ressaltou que ainda teriam dois momentos com a consultoria para tirar dúvidas e receber esclarecimentos, mesmo aqueles que não participaram da Comissão do Plano ou que a integraram, mas não participaram de fato. Em seguida, José Amorim leu uma carta de pedido de dispensa do CMPC, agradeceu ao Conselho pela oportunidade e disse que estaria mais presente no processo como artista, mobilizador, produtor e coordenador do que como Conselheiro Suplente, visto que existe uma barreira na participação. Isabela Silveira retomou a discussão sobre o filtro para as contribuições ao PMC e disse que existia uma sombra que ficava sobre essas questões, portanto era necessário para dar transparência ao processo a participação dos Conselheiros, que teriam que

decidir quem iria acompanhar para que pudessem entender que, mesmo tendo um fundamento, a filtragem não teria nada de antidemocrático e não republicano nos seus processos. Lembrou que dez anos de processo estavam sendo sedimentados naquele momento e afirmou que a compreensão disso na mobilização precisava que os Conselheiros tivessem o conhecimento dos conteúdos e terem ampla participação, senão o processo seria realizado somente entre pares, o que não era legal. Perguntou quem aprova o Plano no final. Viviane Ramos respondeu que após o processo de construção será realizada uma plenária com o CMPC para ser aprovado depois de toda validação, em seguida a FGM manda o documento para o Gabinete do Prefeito, o Prefeito manda para a Câmara dos Vereadores para ser aprovado, assim o Conselho também participa da aprovação antes de ser enviado. Daniele Canedo mostrou preocupação com a etapa de mobilização para a participação nas audiências públicas. Disse que gostaria saber da FGM como estava o plano de comunicação do PMC. Lembrou que no início do processo foram apresentadas as estratégias de comunicação, mas ela disse que tinha visto muito pouco sobre isso na rádio, na televisão, nas redes sociais. Declarou saber que a Prefeitura de Salvador tem um convênio de publicidade e renda para divulgação do que interessa à Administração Municipal. Destacou a importância de o CMPC questionar a importância de se divulgar e utilizar parte desse orçamento também para divulgar o PMC porque não adianta esperar que a mobilização aconteça através do esforço pessoal, inclusive dos gastos pessoais dos Conselheiros, que não têm nenhum tipo de apoio e de recursos da Prefeitura de Salvador, e o CMPC não conta com estrutura nem funcionário, portanto não pode carregar a responsabilidade de fazer toda mobilização do Plano. Marcos Argolo perguntou se depois de todo pronto, o Plano seria submetido à aprovação da Câmara dos Vereadores. Observou que os Conselheiros estavam gastando tempo, dinheiro, sendo tudo viabilizado pelo “bolso” e pelo pensamento dos Conselheiros, correndo o risco de os Vereadores não aprovarem o documento, e nesse caso nada terá valido. Viviane Ramos respondeu a Daniele Canedo que existe um plano de comunicação, mas que não foi possível até aquele momento colocá-lo totalmente em prática por conta de algumas barreiras em relação à Secretaria de Comunicação que estava passando por processo de nova licitação para nova agência publicitária e naquele momento eles estavam sem agência e por isso não estavam podendo trabalhar publicidade para os outros órgãos. Ratificou que o prazo para a realização dos encontros presenciais foi adiado para poder trabalhar melhor na mobilização, sendo que em janeiro a Prefeitura já deveria estar com a resposta da empresa vencedora da licitação. Disse que na reunião seguinte já estaria consolidado o quanto a Prefeitura poderia produzir de peças publicitárias, impressão e veiculação. Explicou que a FGM já tem um plano de comunicação, mas com a possibilidade de contar com o apoio de agência, poderá captar mais veiculação e impressão. Daniele Canedo perguntou o que a FGM já poderia viabilizar. Viviane Ramos disse que o orçamento da FGM possibilitaria uma divulgação menor, com 200 cartazes, mil panfletos. Disse que naquele momento a FGM só conseguia publicar um boletim mensal no seu site institucional e enviar para os veículos de imprensa, no qual estavam dispostas todas as atividades feitas ao longo de cada mês

pela Comissão do Plano e pressupôs que com a parceria com a agência conseguiriam divulgar cards semanais, com as atividades realizadas a cada semana. Silvia Russo complementou e disse que todo trâmite para construção e aprovação de planos de cultura é igual dentro do Sistema Nacional de Cultura em todo território nacional, não é uma coisa da Prefeitura de Salvador. Disse que a FGM, que responde pela área cultural no Município, é um órgão público e as contratações são limitadas a mecanismos legais, mas conta com outros processos de sugestão de divulgação e de mobilização, através da parceria com as Prefeituras-Bairros. Disse que acredita que vai contar com a agência porque a licitação já tinha sido realizada, houve um problema de prazo, mas a Secretaria de Comunicação já estava ciente do plano de comunicação do PMC para os encontros territoriais e a mobilização seria realizada nessa época. Informou que a FGM estava enviando as informações para o mailing, assim como os Conselheiros, e que na área da Cultura quase todos sabiam que o Plano estava sendo construído, mas infelizmente não conseguia uma agenda em que as pessoas participem. Afirmou que a FGM convidou pessoas a participarem das reuniões temáticas mesmo sem ser do Conselho, mas não conseguiu uma mobilização da classe. Isabela Silveira disse que o Sistema Municipal de Cultura pressupõe que o órgão público realize ampla mobilização com a Sociedade Civil por isso é importante a preocupação porque precisa de uma ampla participação e publicização. Silvia Russo respondeu que a FGM é ligada à SECOM e desde o início da construção do Plano já tinham um plano de comunicação. Disse que a FGM está ligada nisso e que toda sugestão era bem vinda, assim como a adesão dos Conselheiros. Mostrou satisfação em relação ao número de Conselheiros na reunião e disse que certamente começariam a começar a caminhar nesse sentido. Daniele Canedo solicitou que na reunião seguinte o tema da comunicação fosse o principal ponto de pauta e que a FGM apresentasse um balanço do que foi publicado até o momento. Ressaltou que era importante saber se o boletim que foi enviado à imprensa foi divulgado por alguém, bem como o que seria feito dali em diante, com as peças e a metodologia das ações. Afirmou que a classe cultural artística de Salvador não sabe da construção do PMC e que tem contato todos os dias com diferentes instâncias da área cultural e as pessoas não sabem. Declarou que a FGM não comunica assim como se sabe as festas de Salvador, através da SALTUR. Defendeu que era necessário ter uma política efetiva, séria e com investimento para divulgar o Plano Municipal de Cultura, senão chegariam em maio ou junho dizendo que a classe artística não se mobilizou. Alertou que na reunião seguinte já deveriam saber o que fazer, mesmo se não pudessem contar com a agência, para que se pudesse divulgar em toda cidade durante os meses de janeiro, fevereiro e início de março, e quando fossem realizados os encontros presenciais, as pessoas já soubessem o que é o Plano porque sozinhos os Conselheiros não conseguiriam uma mobilização efetiva, democrática e participativa do plano. Leonardo França lembrou da mobilização para a construção do Diagnóstico Cultural da Cidade, que ele considerou muito fraca, visto que Salvador é uma cidade muito populosa, mas poucas pessoas participaram da construção do diagnóstico. Afirmou que não aconteceu a mobilização com as Prefeituras-Bairros e disse que no território Itapuã/Ipitanga foi feita a consulta do diagnóstico no Circo Picolino, que fica muito distante do

eixo, sendo que houve uma reunião com quinze pessoas, portanto não houve mobilização. Considerou a fala de Daniele Canedo muito pertinente. Ivam Almeida falou sobre o envio do documento depois de elaborado ser enviado à Câmara Municipal e sugeriu que o CMPC montasse uma comissão para visitar os Vereadores e pressioná-los para que possam conseguir aprovação total do documento. Disse que se não fizessem pressão, iriam ser cortadas muitas coisas que os Conselheiros trabalharam para construir. Eliaide Cardoso endossou a necessidade de se utilizar carro de som. Disse que foi candidata a deputada estadual e é cantora e foi muito questionada sobre a escolha dos artistas que iriam se apresentar no Festival da Virada e ela teve que responder que foi a indústria de cerveja que decidiu. Indicou a utilização de carros de som e disse que havia Prefeituras-Bairros que não utilizavam o Facebook, sendo que a fan page da Prefeitura-Bairro do território do Cabula foi tirada do ar e que havia sido colocada para fora em uma reunião de conselheiros em que ela iria falar sobre esse assunto, pois ela não tinha identificação. Perguntou por que os outros conselheiros tinham identificação, e os do CMPC não tinham. Sugeriu aos Conselheiros fazerem um grupo de Whatsapp com pessoas dos bairros que abrangem o território que cada um representava e colocassem lideranças de grupos, de capoeira, para facilitar o intercâmbio. Disse que fez isso, mas muitas pessoas estavam dizendo que não têm computador e que muitas pessoas haviam se inscrito no Credenciamento de Artistas, mas não foram chamadas, e disseram que não iriam participar novamente. Elias Pereira ressaltou que todo trabalho de construção do Plano poderia ser prejudicado se não houvesse o apoio devido dos Vereadores e reforçou a sugestão de Ivam Almeida de se criar uma comissão para que o Conselho pudesse articular a questão junto aos Vereadores, lembrou que havia no CMPC um Vereador que representava a área legislativa, que deveria estar acompanhando, considerou a fundamental a presença dele no processo, mas além dele era necessário articular com os outros Vereadores. Marcos Argolo lembrou que em uma das reuniões ficou decidido que haveria controle de frequência dos Conselheiros e a definição de quem seria excluído do CMPC por conta das faltas. Perguntou o que aconteceria com o Vereador que integra o Conselho, visto que ele não aparecia havia meses. Cristina Alves informou que existia na Câmara Municipal a Comissão de Cultura, liderada pelo Vereador Silvio Humberto, que tem feito um esforço de estar acompanhando na medida do possível o processo do Plano, e citou que foram realizados dois encontros da Câmara Municipal para socializar a situação da elaboração do documento. Ressaltou que a composição da comissão é votada na Câmara para exercer a sua função, e disse que gostou da ideia de se criar uma comissão dentro do CMPC para reforçar a pressão junto aos Vereadores. Sugeriu que, no momento em que se fizesse o esclarecimento sobre o que vai ser a mobilização e a apresentação do conteúdo mais elaborado do Plano, fosse feito um convite aos Vereadores para que os interessados em conhecer o Plano pudessem comparecer e participar, e não somente o que integra o Conselho, mas todos que tiverem interesse na pauta. Paulo Hermida disse que estava preocupado com a ausência do Vereador Joceval Rodrigues nas reuniões do Conselho e que foi procurar saber. Explicou que, como ele foi candidato a Deputado Estadual, licenciou-se da Câmara e não poderia participar das reuniões do Conselho pelo

menos até outubro, e que já estava apto a comparecer. Ressaltou que o CMPC sempre lida com a questão da Cultura com o foco na FGM, que de fato é a instituição mais representativa, mais evidente do ponto de vista cultural da cidade. Lembrou que a Administração tem uma Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT), e do ponto de vista da articulação do Plano com a política, ele considerou que valia a pena, após o Plano preparado, representantes da comissão conversarem com o Secretário da SECULT, Cláudio Tinoco, que por um simples acaso é um Vereador licenciado, para conversar com ele e saber com ele uma estratégia de abordagem com o Poder Legislativo para a aprovação do Plano, com o envolvimento do Secretário e da SECULT com o Plano, o que ele achava algo importante do ponto de vista político e institucional. Isabela Silveira disse que em duas ou três reuniões anteriores já estavam contabilizando as ausências e que já havia feito um controle com a equipe da FGM, ela disse que iria fazer um levantamento e que o Conselho iria fazer a comunicação sob as normas do Regimento referentes ao afastamento dos faltosos. Sugeriu que na pauta da primeira reunião de 2019 houvesse o ponto de comunicação do Plano juntamente com a articulação com a SECULT, seguido do informe das pessoas que serão afastadas e vão perder a função de Conselheiro por não suprimento do Regimento no que consta da presença. Disse que já comunicaria pelo Whatsapp para os Conselheiros faltosos que eles sairiam do CMPC, com o objetivo de fazer valer em 2019 as regras que foram pactuadas do Regimento que os organiza. Elias Pereira chamou atenção que não deveriam esperar a aprovação do Plano para que a comissão já estivesse em ação, pois era necessário já fazer as articulações. Isabela Silveira disse que iriam criar a comissão na primeira reunião de 2019 e que seria outro ponto de pauta. Ressaltou que quem não lesse o documento não poderia dar uma contribuição mais efetiva e pediu que mobilizassem outros Conselheiros para que não jogassem o trabalho feito fora. Daniele Canedo reforçou ao fala de Isabela Silveira da importância de os Conselheiros se apropriarem dos conteúdos relativos ao PMC e destacou que, além do Plano, foi enviado muito material por e-mail que todos receberam e se alguém não tivesse recebido, ela disse ter certeza que os técnicos da ASSEG da FGM estariam de prontidão, até se solicitassem o material por Whatsapp. Citou as apresentações de powerpoint disponibilizadas pela consultora desde a primeira reunião, um e-book que ensina sobre o PMC, além de vídeos que foram feitos pela Escola de Administração da UFBA, que possibilitariam aos Conselheiros entender o Plano antes de contribuir. O Presidente disse que havia uma dinâmica dentro do Conselho de chegada e saída e mencionou a renúncia de José Amorim, considerou lamentável porque as pessoas que estavam chegando acabavam de certa forma “pegando o bonde andando”. Declarou que as pessoas deveriam continuar e as que precisassem sair deveriam preparar aquelas que iriam assumir o seu lugar, pois as pessoas saíam e deixavam o processo órfão. Defendeu que os Conselheiros deveriam pensar naquilo que assumiram. Disse que os Conselheiros não estavam se articulando, não precisavam apenas ir aos Vereadores, pois isso qualquer Conselheiro poderia fazer independente de comissão. Observou que se o Vereador estivesse com alguma dificuldade, deveria externar e mandar o Suplente. Argumentou que os Conselheiros tinham funções e deveriam exercê-las independente de crachás. Disse que no

processo eleitoral vários Conselheiros não estiveram presentes e estavam voltando e reaparecendo. Lembrou que o Suplente do Vereador Joceval Rodrigues, o Vereador Cesar Leite, também não havia comparecido e o CMPC não cobrou do Presidente da Câmara, informando a ausência do Conselheiro Suplente representante da instituição. Lembrou que a Comissão de Cultura da Câmara de Salvador havia realizado uma reunião recentemente e apenas quatro Conselheiros haviam comparecido. Disse que os Conselheiros tinham que parar de achar que iriam encontrar as coisas prontas. Mencionou a participação do Subsecretário de Cultura e Turismo, Cristian Cardoso, que frequenta assiduamente as reuniões do CMPC e é uma pessoa atenta. Defendeu que os Conselheiros precisam ir à SECULT conversar com ele e com o Secretário Cláudio Tinoco para criar uma articulação com a Câmara em torno do Plano. Perguntou aos Conselheiros como poderiam falar sobre o PMC se eles não liam sobre ele e disse que se eles não aproveitassem as duas datas que restavam com a consultoria para esclarecer todas as dúvidas e entendimentos do Plano, como cobrariam alguma coisa quando um Vereador fizesse uma pergunta ou encontrasse um deles no meio da rua. Lembrou que os Conselheiros assumiram esse compromisso. Ressaltou que a equipe da FGM é reduzida para fazer um monte de coisas, havia diversos editais abertos e diversos processos, e informou que estavam construindo uma agenda conjunta em 2019 para que o Conselho possa participar da formulação dos editais. Reforçou que não era para os Conselheiros falarem só no dia que vão para as reuniões, mas poderiam falar no grupo do Whatsapp, fazer sugestão sobre as pautas das reuniões, e disse que ninguém sugeria nada. Relatou que há muito tempo não se levava para as reuniões membros da Sociedade Civil para levar um informe, uma demanda sobre os territórios e segmentos. Afirmou que às vezes era preciso sair da cadeira e disse que, mais do que nunca, teriam que tomar pé do PMC, colocar debaixo do braço e fazerem o papel deles. Declarou que infelizmente não tinha jeito e os Conselheiros haviam assumido isso. Argumentou que seria uma boa discussão com a Câmara de Salvador, mas se não fizessem isso naquele momento, largassem o celular e participassem das reuniões, não conseguiriam avançar. Marcos Argolo disse que quando se faz uma comissão só se procura quem está do lado e lembrou que são quarenta e três vereadores e todos teriam que ser visitados pela comissão, que teria que apresentar o Plano, visto que todos os Vereadores tinham que conhecer o PMC. Eduardo Reis disse que queria fazer uma contribuição no item “O que ocorrer”. Retomou a discussão da última reunião que participou, em que se disse que o CMPC não é deliberativo, e ele foi procurar saber qual era realmente a função do órgão colegiado. Leu o trecho de definição do CMPC na lei 8551/2014, que diz que o CMPC é um *órgão colegiado, com caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura básica da Fundação Gregório de Mattos, de composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil.* Disse que o CMPC é composto por trinta membros e que naquela reunião quase não alcançaram o quórum e destacou a necessidade de se verificar a frequência dos membros, lembrou que foi montada uma Comissão de Ética para acompanhar o controle das frequências. Declarou que, para que não acontecesse da mesma forma que aconteceu o Festival da Virada, ainda havia tempo hábil para convocar o pessoal do Conselho

Municipal do Carnaval e Festas Populares (COMCAR) para sentar, discutir e ver. Sugeriu o assunto como ponto de pauta da reunião seguinte ou até antes. Ressaltou que seria realizado o Festival da Cidade e os Conselheiros do CMPC não teriam nenhuma credencial para ir lá, e destacou que eles não foram convidados. Mencionou o evento de lançamento do Festival da Virada de Salvador, sendo que os Conselheiros não foram informados. Disse que os Conselheiros estavam fazendo papel de "bestas" porque não deliberavam nada, não tinha voz de nada. Retomou a fala de Jadson Nascimento que disse que gostava de votar e falou que o microfone os deixava um pouco tímidos. Afirmou que tinha Conselheiros que tinham várias contribuições a dar e declarou que já conversou com Conselheiros fora do ambiente das reuniões, mas muitas vezes o microfone os deixava tímidos e eles acabavam não contribuindo. Sugeriu como pauta para a reunião seguinte o diálogo com o COMCAR e pediu que houvesse alguma credencial ou fosse feito algum convite para os Conselheiros para terem acesso a camarotes nos festivais e Carnaval e participarem dos processos. Destacou que os Conselheiros do CMPC deveriam ser mais prestigiados pelo Poder Público quando se trata de Cultura. Viviane Ramos respondeu sobre a questão dos crachás de identificação e disse que a FGM já verificou isso e que recebeu a informação de que nenhum conselho municipal tem identificação de crachá, exceto o Conselho Tutelar. Disse que a informação veio da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE). Pediu que, caso alguém identificasse alguma identificação de algum conselheiro municipal, que fosse à FGM conversar com a equipe porque obtiveram a informação da SEMGE. O presidente supôs que cada Conselho tivesse feito um crachá. Pediu que levantassem a dúvida para que pudessem investigar e levar a resposta. Djalma Vieira sugeriu que fosse agendada uma sessão especial ou a tribuna popular, dialogar e levar uma pauta para a Câmara dos Vereadores para discutir com os Vereadores em uma das sessões, além de fazer uma mobilização para levar a classe artística. Marcos Argolo lembrou que faltavam praticamente dois meses para o Carnaval e lembrou que na gestão anterior do CMPC o Presidente do COMCAR, Pedro Costa, havia ido a uma reunião do CMPC sem propostas e nada foi resolvido. Disse que o representante do COMCAR voltaria lá e nada seria resolvido e afirmou que quando chega o Carnaval, Pedro Costa não está em Salvador. Declarou que ele deveria ir ao CMPC explicar os critérios para seleção das bandas e artistas do Carnaval. Perguntou quem iria convidá-lo, se a FGM ou o CMPC deveria fazer uma carta pedindo a presença dele e disse que ele deveria ser convidado o mais breve possível, na primeira reunião de 2019. Jadson Nascimento pediu informação sobre o Conselheiro de Valéria, que não se faz presente nas reuniões e não se tinha nenhuma informação. Declarou que o CMPC é deliberativo, mas não pode deliberar sobre o COMCAR nem sobre outro conselho, mas pode fazer provocações, portanto o COMCAR poderia ser convidado. Reforçou o pedido de convidar o COMCAR, juntamente com a SALTUR para tratar das festas populares, inclusive o Carnaval, para que os Conselheiros tirassem as suas dúvidas e pontuassem o que fosse necessário. Kátia Costa disse que aquele momento que os municípios estavam passando para a construção dos planos municipais de cultura, era um momento privilegiado. Explicou que pensar o Plano de Cultura de forma a

envolver as instâncias de participação, uma vez que houve um processo em que se tinha quarenta horas para se fazer uma oficina, essas horas se transformaram praticamente em três meses de reuniões, de discussão, de escuta, de validação, de revisão. Afirmou que era muito importante os Conselheiros tomarem aquele momento como muito especial de construção de uma política e Salvador estava de parabéns. Lembrou que os Conselheiros iniciaram a reunião lendo uma carta em favor do Ministério da Cultura e destacou que nenhum processo daquele se daria por si só. Disse que o Plano de Salvador estava sendo construído com a participação do CMPC, que era coautor do processo, parceiro da Fundação Gregório de Mattos na construção da política. Ressaltou que se o Plano não passasse no Poder Legislativo, isso não seria frustrante apenas para o setor público, mas seria péssimo para a Sociedade Civil. Considerou muito feliz a decisão do Conselho em criar uma Comissão para contribuir com o órgão de Cultura na mobilização e na articulação política necessária. Explicou que o órgão de Cultura que naquele momento estava tentando viabilizar o processo dependia muito do apoio do CMPC e obviamente que o apoio deveria ser dado a partir da participação dos Conselheiros, do conhecimento de como o processo estava sendo construído e da contribuição efetiva dos Conselheiros. A consultora agradeceu e desejou a todos um bom final de ano e desejou que em janeiro os Conselheiros retomassem a agenda com muita vontade. Explicou que os Conselheiros iriam apreciar o documento e disse que se chegou a uma proposta muito interessante que valia a pena investir. Agradeceu a FGM por ter depositado a confiança na consultoria e respeitado muito o processo, a forma de trabalho e a metodologia. O Presidente mencionou que na última reunião do ano só teve café preto e água. Lucilene Santos disse que esperava uma confraternização entre os Conselheiros e desejou que no ano seguinte o CMPC estivesse mais forte e que os Conselheiros conseguissem sonhar um pouquinho, pois eles precisavam ter voz, e o Conselho não poderia ficar do jeito que estava. O Presidente retomou a fala de Kátia Costa e disse que se o CMPC não “tomasse a rédea” do Plano, não mobilizasse, não adiantaria os Conselheiros acharem que era função do Poder Público. Declarou que a Cultura era deles e que ele vivia de Cultura, precisava dela. Pediu que os Conselheiros levassem essa reflexão com eles no final de ano, pensassem, aproveitassem para ler o documento. Disse que não houve tempo para que deliberassem sobre as duas reuniões com a consultoria e disse que conversariam sobre o assunto no grupo do Whatsapp para que pudessem sugerir para a consultora pauta para essas reuniões e desejou boas festas aos Conselheiros. Agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião. Sem mais da pauta a ser discutida, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

.

Salvador, 29 de janeiro de 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SALVADOR

SALVADOR PREFEITURA

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

31. _____

32. _____

33. _____

34. _____

35. _____

36. _____

37. _____

38. _____

39. _____

40. _____